

A portugalidade nos discursos dos deputados da Assembleia da República no pós-25 de Abril

Vítor de Sousa

vitordesousa@gmail.com

CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)

Resumo:

A “portugalidade” existe ou não passa de mera retórica para sublinhar a eventual qualidade do que é português? A mitificação dos feitos dos portugueses, nomeadamente através da epopeia dos Descobrimentos, que se assumiu como um dos pilares do Estado Novo, através da propaganda tutelada pelo Secretariado da Propaganda, fez com que tentativa disseminação na sociedade portuguesa do termo “portugalidade” esteja datada, podendo balizar-se nas décadas de 50 e 60 do séc. XX.

Se, após o 25 de Abril de 1974, houve um distanciamento do discurso político em relação a algumas expressões e símbolos utilizados profusamente pelo Estado Novo, em que incluímos a palavra “portugalidade”, pretendemos saber se no Parlamento português isso também se verificou.

Para o efeito, através da hermenêutica interpretativa textual propomo-nos analisar os discursos dos deputados na Assembleia da República (AR), no pós-25 de Abril, através da consulta dos “Diários da Assembleia da República”, disponibilizados pela base de dados da AR, no sentido de saber se o termo é utilizado e, caso isso se verifique, em que circunstâncias: qual o contexto utilizado e qual a ala política que mais o integra nos discursos dos seus deputados.

Palavras-chave: portugalidade, contexto, discursos, deputados, Assembleia da República

1. A “portugalidade”

1.1. A criação da “portugalidade”

No portal “Ciberdúvidas da Língua Portuguesa” (uma parceria da Sociedade da Língua Portuguesa e do Ministério da Educação), é referido que a palavra “portugalidade” (a par de “portugalismo”) é usada pelo Estado Novo e que por isso hoje está conotada com essa ideologia¹, avançando mesmo com a possibilidade de o termo ter surgido no decénio de 50 ou 60 do século XX² (datas que coincidem com o grande surto da emigração portuguesa para a Europa - em menos de dez anos emigraram para França mais de um milhão de portugueses). Poderá considerar-se que o uso da expressão “portugalidade” foi sublinhando na sequência da Exposição do Mundo Português (1940), decorrente, portanto, do nacionalismo salazarista.

O “Novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”, editado em 2001 pela Academia das Ciências de Lisboa (Casteleiro, 2001), que é considerado como de referência, não dispõe de qualquer entrada com a designação de “portugalidade”. De resto, quando a publicação viu a luz do dia, verificou-se um facto curioso com os deputados do CDS/PP a apresentarem, em plena Assembleia da República, um Projecto de Resolução em que propunham a manutenção de um grupo de trabalho permanente de defesa e actualização da língua portuguesa e em que se referia que a obra se constituía “num dos mais importantes actos de defesa da ‘portugalidade’ dos últimos anos e que vem colmatar, com dignidade, uma lacuna evidente na defesa da nossa língua”³. A ironia é que, como já referimos, nesse mesmo dicionário não consta a palavra “portugalidade”...

¹ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 14/02/2005, [<http://tinyurl.com/2ueratv>, Novembro de 2010].

² Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 07/04/2000 [<http://tinyurl.com/2uanuhv>, Novembro de 2010].

³ Projecto de Resolução N.º 137/VIII, de 2 de Maio de 2001, disponível em <http://tinyurl.com/2w6ovzu>, [Novembro 2010].

O sinónimo de “portugalidade” pode, no entanto, ser encontrado em edições mais acessíveis e vulgares, como é o caso no Dicionário da “Porto Editora”, onde se pode ler: “qualidade do que é português”, e, numa dimensão mais ampla, “sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa” (Costa & Melo, 1995: 1432) sinónimo este muito embora subjectivo, confirmado pela utilização do advérbio de modo, “verdadeiramente” cuja inerência qualitativa não permite a assunção, *tout court*, da sua (eventual) amplitude.

O ‘perigo’ de o conceito de “portugalidade” poder ser conotado com o Estado Novo é feito pelo próprio António Quadros que, no entanto, se refere ao receio de ser mal interpretado pela possibilidade de ser associado a um “pecado nacionalista”. No caso concreto, refere-se ao facto de a escola dever “promover e consolidar, entre outras competências, os valores da nossa ‘portugalidade’ e da nossa auto-estima”, salientando a necessidade de serem mostrados e ensinados “os valores portugueses” (Sousa, 1993: 75). Ou seja, a “portugalidade” parece estar bem datada e assenta num olhar nostálgico, saudosista e numa ideia eminentemente subjectiva, quase sempre evocada por determinadas personalidades ligadas à esfera política numa lógica de pensamento, obviamente apologética de toda essa dinâmica intencional.

Não será, portanto, de estranhar que os dicionários de referência da língua portuguesa não disponibilizem a palavra “portugalidade”. Embora se não possa dizer taxativamente que se trata de um neologismo, já que existem referências ao termo e inúmeras perspectivas de descodificação. O princípio é sempre o mesmo: se existe Portugal, existirá uma “portugalidade” o que deixa, no entanto, muitas dúvidas e corresponde a uma lógica mais emocional do que qualquer perspectiva científica.

J. Pinharanda Gomes, um dos cultores da “Filosofia Portuguesa” atribui a origem da “portugalidade” a António Sardinha, numa altura em que a hispanidade era

hegemónica e que “designava (...) a acção portuguesa na história do mundo” (2004: S/P), defendendo, portanto, a sua origem como sendo anterior ao Estado Novo. De facto, Sardinha terá sido o grande mestre do ‘Integralismo Lusitano’ que, a par do movimento católico, se assumiu como um dos percursores aspirantes a um “Estado Novo” (Torgal, 2009).

António Sardinha escreveu o livro intitulado “O valor da raça” (1915) em que desenvolve um discurso, que classifica de “científico”, tendente a chegar a conclusões sobre a raça portuguesa, que terá tido origem no que diz ser o *homo atlanticus*. Nesta obra aborda os “defeitos dos portugueses” - “egocêntricos, abastardados pelos judeus (...) e por uma acção política ‘estrangeirada’, a partir do Marquês de Pombal e do Liberalismo” (*idem*: 80) -, salientando restar ao povo luso “robustecer-se de novo pelas virtudes localistas plasmadas no municipalismo e nos mitos nacionalistas do Condestável (...) e no seu instinto militar e nacional” (*idem, ibidem*). No dizer de José Manuel Quintas, trata-se de uma visão com um factor estático - o localismo e o município -, e outro com recortes dinâmicos, assente na “resistência lírica da Raça, traduzida na concepção reparadora do mito sebástico” (2001:S/P).

António Sardinha apela ao nacionalismo português, recuando à ideia ‘patriótica’ da seiscentista ‘Monarquia Lusitana’ e de Frei Bernardo de Brito, que terá introduzido em Portugal “ao lado do conceito político de Grei, o conceito relativista de raça” (Torgal, 2009: 80-81), um conceito em voga no tempo de D. João II, que expressava “a concepção jurídica dum todo uno idêntico na composição e no destino, conceito nascido da sociologia tomista” (Quintas, 2001: S/P). Luís Reis Torgal refere o sentimento “nacionalista integral” como sendo “o que há de mais importante e mais significativo na ideologia do Integralismo Lusitano” (2009: 81), pelo que este seria mesmo, para Sardinha, ‘A verdade portuguesa’” (*idem, ibidem*).

Porém, Sardinha nunca se referiu, especificamente, à existência de qualquer “portugalidade”, pelo que afirmar que o autor terá sido o primeiro a utilizar o termo, pode configurar uma apropriação indevida das suas ideias, que perfilhavam, por exemplo, a vigência de um sistema monárquico. A sua tese congregava a “Teoria do Acaso”, de Oliveira Martins (para quem Portugal tinha sido inventado pela cobiça de meia dúzia de aventureiros coroados) e o “lusismo”, de Teófilo Braga (composto pela raça, no sentido biológico-étnico, e a tradição). Segundo os integralistas, o problema da identidade da raça portuguesa é estranho ao ideário, à conceptualização e à doutrina política de António Sardinha e do próprio ‘Integralismo Lusitano’ (Quintas, 2001).

Miguel Esteves Cardoso considera o ‘Integralismo Lusitano’ como uma “aventura doutrinária” que pretendeu “dar corpo político (...) [à] alma ambígua da cultura portuguesa”, resolvendo “a luta travada entre o impulso obsessivo do passado e a predisposição mística para o futuro, no campo actual do presente” (1982: 1408). Ou seja: o medievalismo de um lado (“cordato e lírico”) e o ‘Quinto Império’, do outro (com uma “ambição (...) ousada e épica”) (*idem, ibidem*). Esse desiderato seria tentado através da “saudade” de Teixeira de Pascoais, numa visão que já não aproveitaria o processo das Descobertas, mas de uma força moderna, através de António Sardinha e seus seguidores, numa “imitação contemporânea daquela grandeza que viam em Quinhentos, alicerçada sobre uma aliança incompleta com a Espanha e centrada no Atlântico Oeste” (*idem, ibidem*). É dessa forma que Cardoso explica o desenvolvimento das campanhas de aproximação entre Portugal e Espanha e entre Portugal e o Brasil.

Misturando a saudade ao mito sebástico, - “Se a saudade fornecia o fim, o sebastianismo fornecia o meio. A primeira inspirava, o segundo mobilizava” (*idem, ibidem*) -, o autor sublinha que o misticismo dos integralistas não era sincero, justificando com o facto de que “a sua preparação intelectual lhes proibia a crença em

milagres de Ourique ou certezas de ‘Quinto Império’ (*idem, ibidem*), embora os integralistas caíssem num outro misticismo, ao acreditarem que “o povo português (...) [seria] sempre o mesmo, o mesmo da Reconquista, o mesmo dos Descobrimentos, o mesmo da Restauração” (*idem, ibidem*).

O termo “portugalidade” é, no entanto, profusamente atribuído ao discurso dos integralistas, não sendo apesar disso, exclusivo destes, como observa Maria Odete Gonçalves, muito embora esse facto provoque “uma série de tensões, quando não mesmo oposições, com o Saudosismo de Pascoaes, com a Renascença Portuguesa e com a primeira fase da Seara Nova” (2009: 93).

J. Pinharanda Gomes define “portugalidade” como “o nome de categoria universal que identifica o próprio Portugal” (2004: S/P), referindo a existência de vários significados, consoante o palco contextual. No mesmo tom, está Abel de Lacerda Botelho que, numa comunicação apresentada à Secção Luís de Camões, da Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulada “A Portugalidade e os Lusíadas” se refere a uma “Paideia Lusa”, ou seja, ao “modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa” (2008: S/P). Uma ideia já antes defendida por António Quadros (1992) em que faz a análise do que diz ser o “espírito lusitano”, destacando que Portugal tem uma alma e um destino a cumprir na História, assente numa estrutura cultural de nação onde está a essência do homem português.

1.2. “Portugalidade” e “portuguesismo”

Para além das explicações “messiânicas”, por conseguinte nada estribadas em factos concretos, o certo é que a palavra “portugalidade” vai circulando na tradição oral, nomeadamente por altura das datas evocativas do país, como aquelas que eram profusamente comemoradas durante o Estado Novo, designadamente os dias 10 de

Junho e 1 de Dezembro. Nessas ocasiões, o termo é apropriado por alguns políticos mais conservadores, que o vão usando, *pro domo mea*, nos discursos circunstanciais.

A propósito das cerimónias comemorativas já referidas, profusamente destacadas e celebradas pelo Estado Novo, Paul Connerton sustenta que mais do que descrever os acontecimentos celebrados, têm um culto próprio entranhado, restabelecendo um ritual materializado através de performances, que mais não são do que as práticas rituais que, como afirma o autor, constituem elas próprias uma performance “cerimonialmente corporizada” (1999: 49), que se enraíza como um hábito pertencente a uma tradição. Esta prática era desenvolvida pelo Estado Novo pelo facto de, como observa Connerton, as cerimónias comemorativas funcionarem como dispositivos mnemónicos da formação das massas. O que se pode explicar a partir do princípio de que a existência da memória social faz com que “a encontremos nas cerimónias comemorativas, as quais mostram ser comemorativas (só) na medida em que são performativas” (1999: 81).

De referir que, já em pleno período de pós-revolução do 25 de Abril, numas comemorações do Dia 10 de Junho, na Guarda, e a propósito de, em Portugal, se cultivarem valores lavrados no Estado Novo, como a saudade, o fado como canção-bandeira e os Descobrimentos, ideia sempre presente para ilustrar o potencial do país, Jorge de Sena chamava à atenção para a insistência “no grande aproveitacionismo de Camões para oportunismos de politicagem moderna” (Sena, 1980: 257), por cantar exactamente os grandes feitos dos portugueses na epopeia marítima, a que se colava Fernando Pessoa e a sua “Mensagem”.

Sobre a ideia de “portugalidade” e do seu eventual significado, o ex-embaixador britânico em Portugal, Alexander Ellis, a propósito das comemorações, em Santarém, em 2009, do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, numa

crónica no “Expresso”, intitulada “10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo”, realça o interesse que lhe desperta o “conceito alargado de Portugal”, tanto mais que refere ter assistido a um discurso do Presidente da República onde este se referiu à “Portugalidade”. Como o tema o intrigou, pediu ajuda aos seus colegas embaixadores que lhe terão dito que “portugalidade” “representa o melhor de Portugal e dos Portugueses (...) Portugalidade é então uma forma de identidade, da qual a língua portuguesa constitui um pilar essencial” (Ellis, 2009: S/P).

A outra face da moeda será o “Portuguesismo”, que representará “aquilo que a Portugalidade não é”, citando a título de exemplo as “atitudes de desconfiança e pouca força”, além de outras centradas na ideia de que “não vale a pena, nada muda”, em “comportamentos que envergonham”, ou até mesmo “o fechar-se na sua própria dimensão” (*idem, ibidem*)...

Esta distinção é rejeitada por Maria Fernanda Peixoto que resume todas essas características à palavra “portugalidade”, e para quem a visualização do filme-documentário sobre Lisboa, da autoria de François Désanti, lhe sugere uma interpretação sobre o conceito: “o fado – a lamúria, o fatalismo, os ‘azares’ lusitanos –, o vinho e o futebol servem para apagar tristezas que ‘já não pagavam dívidas’” (2009: 113). Evidencia que “integra um conjunto de estereótipos que definem uma certa forma de ‘portugalidade’, no contexto de uma sociedade autoritária, inculta, resignada, que substitui a acção pelo queixume” (*idem, ibidem*).

Esta “portugalidade” grotesca parece-nos mais aproximada da realidade, bem longe das construções idílicas do perfil do português. A isso não será estranho o facto de a pretensa “portugalidade” construída pela propaganda do Estado Novo ter sido imposta e assente numa lógica virtual, que nunca foi totalmente assimilada pelos portugueses, talvez por se não reverem nesse quadro.

Recorrendo a Eduardo Lourenço, Miguel Real refere que a personalidade cultural do português tem sido notoriamente desequilibrada, já que se auto-submerge “nas suas ancestrais raízes de cruzado evangelizador e marinheiro descobridor”, levantando-se depois “como um povo iluminado; ora auto-humilha-se na comparação civilizacional com o nível atingido por outros povos e clama-se a si próprio como povo nulo e decadente” (Real, 1998: 152). Na crítica ao que foi o salazarismo José Gil fala de “um trauma subtil” que nem sequer foi sentido como tal. No entanto, esse ‘mal’ “que acabrunhava a generalidade dos portugueses” disseminou-se: “Para estes, não vinha do regime político, vinha da ‘índole’, do ‘carácter’, da ‘essência’ da portugalidade (como o fado, num certo discurso ‘nacionalista’ de opinião” (Gil, 2005: 135). Ou seja, a matriz dos próprios portugueses *parecia* (itálico nosso) ser ‘natural’ e não decorria de qualquer imposição do regime. No entanto, perante o insucesso da construída “portugalidade”, que apenas se ‘entranhou’ em alguns portugueses – nomeadamente nos ideólogos do regime e dos seus fiéis seguidores -, essa ‘naturalidade’ parece decorrer do facto de ter sido imposta, numa tradição artificial.

A “portugalidade” sonhada pelo Estado Novo apenas visava a concretização de acções do regime em nome da ‘Nação’. Hoje, aposta-se cada vez mais na denominada “marca Portugal”, o que pode levantar dúvidas, tanto mais que, como defende Boaventura de Sousa Santos, “a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das interrelações entre os diferentes vínculos (...) nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual” (1994: 127).

2. A “portugalidade” nos discursos dos deputados da Assembleia da República no pós-25 de Abril

Se, após o 25 de Abril de 1974, houve um distanciamento do discurso político em relação a algumas expressões e símbolos utilizados profusamente pelo Estado Novo, em que incluímos a palavra “portugalidade”, pretendemos saber se no Parlamento português isso também se verificou. Para o efeito, analisamos os discursos dos deputados na Assembleia da República (AR), no pós-25 de Abril, através da consulta dos “Diários da Assembleia da República”⁴, disponibilizados pela base de dados do Parlamento, no sentido de saber se o termo é utilizado e, caso isso se verifique, em que circunstâncias.

Da busca efectuada utilizando a palavra-chave “portugalidade”, entre 1976 e 2012, período que corresponde a 12 legislaturas (uma delas ainda em curso), a expressão foi encontrada em 73 páginas, referentes a 66 diários. São os deputados do PSD os que mais utilizaram a expressão (por 28 vezes), destacando-se os casos de Lemos Damião (seis), Carlos Encarnação (três), Rui Gomes da Silva e Margarida Silva Pereira (duas vezes cada um); PS e CDS/PP utilizaram o termo 13 vezes cada um, com destaque para os deputados centristas Naraná Coissoró (quatro), Adriano Moreira e Nuno Abecassis (duas) e para os parlamentares socialistas Manuel Alegre (quatro) e Capoulas Santos (duas). Do lado do PCP o termo foi utilizado por cinco vezes, com destaque para as duas vezes em que o deputado José Manuel Mendes o fez; PPM e Bloco de Esquerda, ambos com duas e PSN e MDP/CDE, ambos com uma, fecham a contagem. Para além disso, a palavra foi utilizada por cinco vezes por membros do Governo quando discursaram na AR (três ministros e dois secretários de Estado).

⁴ [<http://tinyurl.com/d6lu88>, Agosto 2012].

A expressão é utilizada, na maior parte dos casos quando o assunto versa a emigração (representada como o elo mais recente da corrente de “portugalidade”), a língua e cultura portuguesas, a ‘diáspora’ e a lusofonia; evocando heróis locais que lutaram, por exemplo, contra os invasores franceses; servindo para abordar a unidade do território, sublinhando as regiões autónomas como parte integrante da “portugalidade”; como requisito primeiro para se ser português, enquanto elemento basilar de ligação à Pátria. Ou quando são aprovados votos de pesar, como aconteceu aquando das mortes de António Quadros, Agostinho da Silva, Miguel Torga, Carlos Oliveira e José Saramago. O mesmo se verificou no que respeita à aprovação de votos de congratulação, como foi o caso da conquista de um título europeu de Atletismo por parte de Naide Gomes.

O deputado Manuel Alegre (PS), a propósito de uma proposta para que fossem transferidos para os Jerónimos os restos mortais de Fernando Pessoa, no fecho da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, apela a que se não tenha medo da utilização da palavra “portugalidade”, “naquilo que ela tem de mais perene: a nossa língua, a nossa poesia, a nossa cultura”. (III Legislatura, sessão 1 de 24 de junho de 1983, incluída no diário de 25 de junho de 1983, página 253).

Refira-se que, não obstante a conotação da palavra “portugalidade” ao Estado Novo (basta consultar a base de dados da Assembleia da República referente às legislaturas da Assembleia Nacional, que decorreu entre 1935 e 1974⁵ para se chegar a essa constatação), o facto é que deputados do PS, PCP e MDP/CDE a utilizaram para sustentarem propostas suas, mesmo tendo presente a crítica que muitas vezes os próprios fizeram devido à utilização da palavra por parte de outros parlamentares, como se pode observar através dos exemplos seguintes:

⁵ [<http://tinyurl.com/cfgkeqz>, Agosto de 2012]

José Manuel Mendes (PCP): Criticou a maioria AD, que acusou de fazer sintonizar uma lei com outras que visavam a fabricação, “rapidamente e em força’ em doses maciças, de novos eleitores”, com ou sem qualquer vínculo efectivo à Pátria, na posse ou não do que apelidava de “elementos basilares em função dos quais é de consagrar a portugalidade” (II Legislatura, sessão 1 de 30-06-1981, diário de 01-07-1981, p. 3723).

Helena Cidade Moura, MDP/CDE: “Evocado o ‘portuguesismo’ dos canais de comunicação social americana falados em português para evocar a ‘portugalidade’” (III Legislatura, sessão 2 de 20-06-1985, diário de 21-06-1985, p. 3481).

Luísa Salgueiro (PS) (a propósito dos princípios inscritos no Livro Branco para a Juventude): Referia que estavam previstos como vectores de intervenção estratégicos “a emancipação jovem, os estilos de vida saudáveis, a criação e investigação, a participação e voluntariado, a ‘portugalidade’ e identidade e ainda a política europeia de juventude” (X Legislatura, sessão 1 de 14-09-2005, diário de 15-09-2005, p. 2021).

Mas houve quem lembrasse os tempos da ditadura, como foi o caso do deputado João Amaral (PCP) que observava que “Salazar entendia que a ONU estava errada e que ele, colonialista e ditador, é que era o iluminado da verdade; entendia que tinha de converter os angolanos à portugalidade e aos valores cristãos e ocidentais”. Nesse sentido, fazia votos para que se enterrassem, de vez, “os tiques colonialistas e todos os seus resquícios, que ainda povoam muitas mentes” (VIII Legislatura, sessão 1 de 27-04-2000, diário de 28-04-2000, p. 2331).

Nos debates da AR os deputados também se referiram à evolução semântica da palavra “portugalidade”, sendo que Margarida Silva Pereira (PSD) interpelava um colega seu do PS, respondendo às críticas ao seu próprio partido em que se salientavam incoerências: “Será que a capacidade de mudança, de renovação e de adaptação ideológica de um partido genuinamente português, como é o caso do meu, que se desenvolveu numa procura genuína de ideias, sem dúvida alguma, assentes num esteio europeu e ideológico que transcende a própria Europa, mas com uma dimensão de portugalidade extraordinariamente coerente e firme, é sinónimo de incoerência?” (VI Legislatura, sessão 1 de 21-04-1992, diário de 22-04-1992, p. 1629 e VI Legislatura, sessão 1 de 06-05-1992, diário de 07-05-1992, p. 1885).

Em relação ao Acordo Ortográfico que o Governo tinha submetido à AR para aprovação, o assunto era debatido no Parlamento e Rui Gomes da Silva (PSD)

sublinhava que o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente, “pela portugalidade, pela língua portuguesa, por Portugal!” (V Legislatura, sessão 4 de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2754-2755). A este propósito, Sottomayor Cardia (PS) mostrava a sua discordância, sublinhando que todos estavam a ver que “desembaraçada das consoantes não articuladas, toda essa juventude de todo esse vasto mundo vai lusografar e, portanto, lusofonar, para honra e glória da portugalidade e final realização do V Império. As malhas que o messianismo tece!”. Sustentava que, dessa forma, se estaria a contribuir “para tornar a grafia do português irreconhecível no espaço das línguas românicas ou parcialmente romanizadas” (V Legislatura, sessão 4 de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2763).

Horácio Marçal (CDS/PP), observava que a “Portugalidade”, no dealbar do séc. XXI está a ser ameaçada”, (IV Legislatura, sessão 2 de 6-11-1986, diário de 7-11-1986, p.178). Já Raul Rego (PS) avisava haver muita gente em Portugal que começava a olhar para um passado recente: “São, em geral, aqueles que nada sofreram com ele, os pouco ousados, sempre receosos diante do mistério que constituem todas as curvas da história”. Nesse sentido, salientava que se estava “numa das mais estreitas curvas da nossa história, ao reintegrarmo-nos na verdadeira portugalidade” (V Legislatura, sessão 1 de 26-05-1986, diário de 27-05-1986, p. 3792). Nem de propósito, Isilda Martins (PSD) sublinhava o papel relevante que as organizações não governamentais para o desenvolvimento podiam desempenhar junto dos PALOP, onde poderiam “assumir o carácter de autênticas embaixadas de portugalidade” (VI Legislatura, sessão 2 de 25-02-1993, diário de 26-02-1993, p. 1499).

Rui Gomes da Silva (PSD) avançava mesmo com o significado de “portugalidade”: “A portugalidade, tradução do espírito aventureiro, de conquista mas também de permanência e de solidariedade, tem sido característica da nossa presença e

expansão no mundo”, enquanto o seu colega de partido, Fernando Nogueira, evocava Sá Carneiro para destacar que: “A europeização de Portugal é condição para que continuemos a ter uma posição relevante no mundo da lusofonia e da portugalidade” (VII Legislatura, sessão 1 de 13-12-1995, diário de 14-12-1995, p. 425).

A título de curiosidade, uma das últimas vezes que a expressão foi utilizada foi em Janeiro de 2012, a propósito da mudança da sede fiscal de uma empresa de grande distribuição portuguesa, facto que, segundo o discurso de dois deputados (Pedro Filipe Soares, do BE e Honório Novo, do PCP - XII Legislatura, sessão 1 de 04-01-2011, diário de 05-01-2011, pp.32 e 36), contrariava a sua própria campanha publicitária, assente nos valores nacionais e apelando à compra de produtos portugueses.

Pode concluir-se que a utilização da expressão “portugalidade” nos discursos dos deputados da Assembleia da República no período pós-25 de Abril é quase residual, oscilando quase sempre entre uma e dez vezes por ano, com a tendência a ir no sentido de uma utilização cada vez menor. Não obstante a conotação do termo ao Estado Novo, este é utilizado por muitos deputados – mesmo de partidos de esquerda, contestatários acérrimos do anterior regime -, em sentidos diversos, na maioria das vezes para enfatizar uma alegada marca portuguesa, nomeadamente no estrangeiro, e mais concretamente em países onde existe emigração portuguesa ou que integravam o denominado Império Ultramarino. Do lado dos deputados do CDS/PP e de alguns do PSD verificou-se um cunho mais ideológico na utilização da palavra “portugalidade”, num alinhamento conceptual anterior à Revolução de 1974.

De resto, no Parlamento a expressão está fora da evocação do Dia de Portugal (10 de Junho), nem se verificando sequer, a propósito da realização da EXPO'98 - Exposição Mundial de 1998, e em que se evocou de forma sublinhada Portugal. Nesse

ano, apenas por uma vez foi utilizada a expressão “portugalidade” e não foi por causa desse evento...

5. Bibliografia

- Botelho, A. L. (2008) *Portugalidade* (Sociedade de Geografia, Secção Luís de Camões) [<http://tinyurl.com/2cd4nlc>, Novembro 2010].
- Cardoso, M. E. (1982) ‘Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano’, in *Análise Social*, vol. xviii (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, pp. 1399-1408.
- Casteleiro, J. M. (Coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Connerton, P. (1999) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora.
- Ellis, A. (2009) ‘10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo’, *Expresso*, (9 de Junho). [<http://tinyurl.com/2dsxtjs>, Novembro 2010].
- Gil, J. (2005) *Portugal, Hoje. O medo de existir*, Lisboa: Relógio d’Água.
- Gomes, J. P. (2004) *O pensamento nacionalista do século XX* [<http://tinyurl.com/249axak>, Novembro 2010].
- Gonçalves, M. O. C. S. F. C. (2009) *Nação e portugalidade na obra literária de Luís de Almeida Braga*, Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [<http://tinyurl.com/7mp5oxj>, Março 2012].
- Peixoto, M. F. F. C. (2009) *(Des)construções Sociocríticas da (Pós-)colonialidade Romance português e angolano das décadas de 80 e 90*, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, Especialidade de Literatura Comparada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [<http://tinyurl.com/253j4pt>, Novembro 2010].
- Quadros, A. (1992) *Memórias das Origens, Saudades do Futuro - Valores, mitos, arquétipos, ideias*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Quintas, J. M. (2001) *O “Valor da Raça” segundo António Sardinha e o Integralismo Lusitano* [<http://tinyurl.com/cqwor5o>, Março 2012].
- Real, M. (1998) *Portugal – Ser e representação*, Algés: Difel.

- Santos, B. S. (1994) *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Sardinha, A. (1922) *Portugal restaurado* [<http://tinyurl.com/blmw7ts>, Março 2012].
- Sena, J. (1980) *Trinta Anos de Camões, 1948-1978 (Estudos Camonianos e Correlatos)*, Lisboa: Edições 70.
- Sousa, A. (1993) ‘Entrevista com António Quadros’, in A.A.V.V. (1993) *António Quadros*, Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp.71-81.
- Torgal, L. R. (2009) *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.